

HABEAS BOCA

INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - JUNHO e JULHO DE 2011

O ATIVISMO JUDICIAL E O JOGO DOS TRÊS PODERES



O ativismo é uma pedra no sapato do Judiciário. Tornou-se comum a utilização do termo para atacar decisões de juízes e tribunais, como se viu em diversos artigos publicados pelo país comentando a atuação do Supremo Tribunal Federal nos casos da Lei da Ficha Limpa e da união homossexual.

O tema do ativismo tem sido estudado em toda parte. No Brasil, apesar da atenção que o assunto tem merecido, aspectos que são mais visíveis pela perspectiva do juiz têm sido pouco explorados no debate público, o que em grande parte se deve ao pudor que os juízes têm de se manifestar a respeito. Esse pudor exagerado acaba privando a discussão de colocações que lhe acrescentariam, e também prejudica os juízes que, por não exporem sua visão do problema, podem ficar isolados em seus pensamentos.

Se os juízes se expusessem, causariam surpresa pela diversidade de opiniões. O Judiciário não tem posição unificada pró-ativismo, e muitos juízes rejeitam a prática. Este texto dá voz a essa divergência.

É necessária a ressalva de que muito do que se denomina ativismo não o é. A atuação do Judiciário deve ser avaliada mais por seu aspecto geral, pois sai mu8ssão-mor transcende os processos vistos isoladamente. Sua tarefa é produzir uma ordem estável que paire sobre a sociedade, não podendo justificar eventual fracasso em fazê-lo alegando a mutabilidade e precariedade das leis. Independente da matéria-prima que tenha em mãos, o Judiciário deve produzir uma ordem que permita à sociedade, com suas diferenças e paradoxos, viver e se desenvolver de modo seguro. Por este prisma, decisões questionáveis quando vistas isoladamente justificam-se quando olhadas sistemicamente, pois foram proferidas tendo em vista a importância que teriam na construção da ordem.

De todo modo, as críticas dirigidas à judicatura sob o título de ativismo parecem ter mérito. O fenômeno é relatado por profundos observadores, sendo provável que se trate de uma pedra que o Judiciário colocou no próprio sapato. Todavia, seu provável efeito sobre a atuação política necessária e legítima do Judiciário em relação ao Legislativo e ao Executivo é pouco destacado. Esse efeito só pode ser entendido quando se tem em mente que o Judiciário está sempre dividido entre seu papel no processo e o papel que desempenha frente aos demais poderes, divisão esta que pode ser mais bem entendida com uma ilustração: o homem que segura a balança divide seu olhar, febrilmente, entre a balança que tem nas mãos e um tabuleiro de xadrez que tem diante de si. É árbitro de um jogo e participante de outro, ao mesmo tempo.

Para se sair bem no jogo, e cumprir sua tarefa de manter os outros poderes em sobressalto, os magistrados se mantêm enigmáticos, pois quem muito fala dá mostras de como serão seus próximos lances. Por esta razão, na maioria dos países, o

juiz não é eleito pela população. Isso lhe exigiria ficar atado a compromissos políticos pré-definidos, o que o tornaria previsível.

Além disso, o Judiciário mantém seu jogo pleno de possibilidades. Sem o poderio econômico ou político dos outros poderes, o Judiciário equilibra a disputa com uma imensa mobilidade, com liberdade ação. Os juízes deixam portas abertas atrás de si e abrem o máximo de portas adiante. Na dinâmica dos tribunais, a função de manter o jogo aberto mesmo quando uma posição deve ser tomada é desempenhada por ressalvas em votos, por votos divergentes ou até mesmo por franca contradição, quando um mesmo tribunal julga a matéria de forma oposta em dois processos, como ocorreu em 1803 nos casos *Marbury v. Madison* e *Stuart v. Laird*, em que a Suprema Corte americana julgou a favor e contra a invalidação pelo Judiciário de leis contrárias à Constituição.

Tudo acima é para mostrar que o ativismo, além de indignar a opinião pública, fragiliza o Judiciário. O permanente enfrentamento com os demais poderes, independente do quanto possa gerar algumas decisões louváveis, tem sobre o jogo dos três poderes o efeito de tornar o Judiciário previsível, uma presa fácil. Por esse foco, é importante ouvir Canotilho. O professor luso, falando de políticas públicas ao Valor (04/11/09, p. A5), declarou sobre o nosso STF que “esse tribunal não é compreendido na Europa, pois lá é “nonsense” tribunal definir política pública.” Afirmou ainda que o STF utiliza metodologia única no mundo e não julga segundo normas.

Trata-se de autor brilhante, provavelmente o maior conhecedor estrangeiro de nosso sistema constitucional. Sobretudo, trata-se de alguém que nos observa da privilegiada perspectiva de quem está de fora. Embora as peculiaridades do Brasil exijam boa dose de ineditismo por seus juízes, como reconheceu o próprio Canotilho, a liberdade que o Judiciário tem se permitido pode se voltar contra si.

Por isso, deve a opinião pública refletir sobre o ativismo de um modo mais completo. O risco que essa postura judicial impõe à sociedade não é só o de gerar decisões questionáveis e frágeis, ou o de prejudicar a construção uma ordem jurídica estável. Além disso, existe o perigo real de que o Poder Judiciário, que tem sido em muitos casos a última trincheira de defesa do cidadão, se veja em risco iminente de xeque, o que deixaria a sociedade à mercê de um embate sem controle entre o Executivo e o Legislativo.

A sociedade deve criticar, mas também torcer para que o homem que segura a balança se saia bem no tabuleiro. Ele joga sua existência como ser político relevante. Se vier a perder e cair, a balança também virá abaixo e com ela virão aqueles que estavam em seus pratos. Para o futuro, não mais haverá o instrumento que proporcionava justiça, o que nos deixará a todos órfãos.

Que nosso jogador vença ou, melhor, que seja hábil para manter um eterno (e delicado) empate.

Hugo Otávio Tavares Vilela
Juiz federal substituto da 6ª Vara

(artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, do dia 14/06/2011)

HABEAS BOCA

INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - JUNHO e JULHO DE 2011

INAUGURADA 15ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL



Diretor do Foro Carlos Augusto Tôres Nobre

Foi no dia 21 de junho a inauguração e instalação da 15ª Vara, de Juizado Especial Federal, e do edifício-sede II, da Seção Judiciária de Goiás, que irá abrigar além da 15ª Vara, a 13ª e a 14ª, em funcionamento no edifício-sede I, e a 16ª Vara, que será instalada no ano que vem.

Dessa maneira, os jurisdicionados goianos terão quatro varas de JEFs até o final de 2012, o que vai trazer maior celeridade e eficiência à prestação jurisdicional.

O presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Olindo Herculano de Menezes, prestigiou o evento acompanhado dos Desembargadores Federais Neuza Maria Alves da Silva, João Batista Gomes Moreira, do corregedor-regional da Justiça Federal da 1ª Região Cândido Ribeiro, do Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto, do secretário-geral Joseny Marques Freire e do assessor especial Euvaldo Pinho.

O Dr. Olindo Menezes expressou sua alegria pela inauguração, pelo que ela significa em termos de evolução da Seccional goiana, que irá atender mais e melhor as pessoas que procuram a Justiça Federal e, principalmente, aquelas mais carentes, que procuram os juizados.

O juiz federal Carlos Augusto Tôres Nobre, diretor do foro da Seção Judiciária de Goiás, sublinhou a importância histórica da inauguração do novo prédio para os jurisdicionados e também para magistrados e servidores, diante do fato que o prédio da Rua 19 vai se tornando pequeno e defasado para atender à crescente demanda pela prestação jurisdicional no âmbito da Justiça Federal em Goiás.

O juiz federal Paulo Ernane Moreira Barros, titular da 15ª Vara, valorizou a localização do novo prédio, situado próximo a uma das principais avenidas de Goiânia, a Avenida Anhanguera, que é servida pelas principais linhas de ônibus da Capital, o que facilita o acesso da maioria dos jurisdicionados dos JEFs.

INAUGURADA A SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ



O Diretor do Foro e autoridades depois do descerramento da placa inaugural

Jataí, progressista cidade do sudoeste goiano, com uma população, de acordo com o último censo, de 88.000 habitantes, no último dia 20 de junho, ganhou sua 1ª vara federal, com competência geral e de juizado especial, que atenderá também 13 municípios vizinhos: Aporé, Caiapônia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Mineiros, Perolândia, Portelândia, Santa Rita do Araguaia, Serranópolis e Palestina de Goiás – beneficiando 215 mil habitantes daquela região do Estado.

Presente à inauguração, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Olindo Menezes, agradeceu o apoio do Prefeito de Jataí, Humberto Machado, do Presidente da OAB local, Marcelo Ibrahim do Prado e do Diretor do Foro da Seção Judiciária de Goiás, Carlos Augusto Tôres Nobre, cujos esforços contribuíram para que a subseção fosse inaugurada antes do mês de julho, como fora anteriormente programado.

O juiz federal Carlos Augusto Tôres Nobre, em breve pronunciamento, ao final, desejou “que nossa subseção ora instalada seja o espaço de homens e mulheres com sensibilidade para as singularidades do meio que acolhe seu trabalho, que se comovam com os relatos de sofrimento frequentes em todo prédio de fórum, que se emocionem diante de cada conquista comunitária que aponte para dias menos duros”.

O juiz federal Francisco Renato Codevilla Filho, titular da vizinha Subseção de Rio Verde, irá responder provisoriamente pela subseção de Jataí.

HABEAS BOCA

INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - JUNHO e JULHO DE 2011

SEXTA- JURÍDICA



A “Sexta-Jurídica”, evento promovido pela Universidade Corporativa da Justiça Federal – UNICORP através do sistema de videoconferência, realizou-se no mês de julho, em Goiânia, no auditório do edifício sede da Justiça Federal de Goiás e foi transmitido para todas as seções e subseções judiciárias que compõem o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O objetivo do evento é o aprimoramento da prestação jurisdicional, através do investimento na qualificação do corpo funcional da organização.

Os juízes federais Leonardo Buissa Freitas, titular da 12ª vara, e Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho, titular da subseção judiciária de Rio Verde, foram os palestrantes da tarde.

O primeiro abordou o tema “A Imunidade Tributária e A Proteção das Liberdades”, enquanto o segundo discorreu sobre “Análise Econômica do Direito – Uma Breve Introdução”.

Participaram do evento magistrados, servidores e estagiários da Justiça Federal.



I SEMANA DA CONCILIAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO



Bruno Fernandes e Aurélio Gomes de Oliveira

A Justiça Federal de Goiás dará início, do próximo dia 15 de agosto até o dia 19, em seu auditório, no horário de 13 às 18 horas, à I Semana da Conciliação 2011 do Sistema Financeiro de Habitação, que vai intimar as partes de trezentos processos que se encontram em grau de recurso no TRF-1ª Região ou ainda em tramitação no 1º grau.

A Semana da Conciliação é coordenada pelos juízes federais Marcelo Meireles Lobão e pela juíza federal Luciana Laurenti Gheller.

O servidor analista judiciário Aurélio Gomes de Oliveira, auxiliado pelo estagiário da Caixa Econômica Federal, Breno Fernandes, está ultimando os preparativos para a Semana, encaminhando as cartas de intimação e procedendo à juntada e expedição de mandados, pelos Oficiais de Justiça.

As audiências serão conduzidas por 07 juízes federais e 07 prepostos da Caixa Econômica.

Os objetivos da Semana são efetivar a prestação jurisdicional e desafogar as pautas de julgamento, já por demais sobrecarregadas - há processos que estavam no TRF há mais de dez anos.

A I Semana de Conciliação faz parte de um projeto nacional de conciliação do Conselho Nacional de Justiça. A II Semana está prevista para o período de 12 a 16 de setembro deste ano.

HABEAS BOCA

INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - JUNHO e JULHO DE 2011

FESTA JUNINA 2011

Reportagem fotográfica de Sterlan Divino de Carvalho



HABEAS BOCA

INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - JUNHO e JULHO DE 2011



HABEAS BOCA

INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS - JUNHO e JULHO DE 2011

Um dia após o outro.

É verdade, devemos reverenciar os colegas que se aposentam e, certamente, aqueles que nos deixaram definitivamente, seguindo o enigmático curso natural da vida.

Mas outra reflexão também se impõe.

Não deveríamos, no transcurso dos dias em que convivemos, por força de estarmos vinculados ao mesmo trabalho e a muitas obrigações em comum, sujeitos que somos às intempéries, às horas perdidas no trânsito, às decepções amorosas e profissionais, às preocupações de toda sorte, a expectativas frustradas e também a realizações e alegrias, não deveríamos cuidar dessa convivência de forma civilizada, educada e tolerante?

Devemos sim reverenciar os colegas que se aposentam, e os que partem, mas antes desse momento, quando são lembradas as infinitas qualidades do reverenciado, é preciso passar por cada um desses dias que estarão contidos na soma final, soma que é senha de passagem para um outro estágio da vida, ou para um estágio em que sua vida lhe é devolvida, alguém já disse.

Não deveríamos cumprimentar os colegas, e não apenas os que simpatizamos, ou nos identificamos, ou respeitamos, todos os colegas? Pelo menos deveríamos responder ao cumprimento. Não deveríamos ser tolerantes com os “defeitos” dos colegas, não deveríamos valorizar as qualidades dos colegas, antes que se aposentem sem ter recebido uma única palavra de aprovação em 30/35 anos, não deveríamos respeitar a intimidade do colega e evitar a maledicência?

E nunca deveríamos discriminar por ser pobre ou rico, branco ou preto, com função ou sem, chique ou brega, gay ou hétero, macho ou fêmea.

O importante é a pessoa, alguém discorda? Muitos, com certeza.

Das últimas “baixas”, Dalvelina, Mazé, Cardoso, Anir e Simplício receberam a devida referência no “Habeas” de setembro de 2010. É pouco, mas não é nada.

Eles, e agora Fátima Teixeira, Gilberto, Hilma e Pedrão são pessoas que encantaram todos os que com eles conviveram, pela correção, bom trato, educação e simpatia, sem falar na competência profissional, inerente a cada uma delas.

Carlos Eduardo Rodrigues Alves



Fátima Teixeira serviu à Diref, agora vai aprender inglês..



Hilma está de mudança para Montes Belos.



Gil vai visitar a filha na Bélgica.



E o saudoso Pedrão.